

PROJETOS EXPRESSO

Debate “É um mito”, afirma o secretário de Estado-adjunto, acrescentando que a autonomia se conquista “fazendo por merecê-la”. Convidámos responsáveis do sector a identificar o que é prioritário na Saúde

“Saúde não é mais importante do que Educação, Cultura ou Justiça”



TEXTOS **ANDRÉ RITO** ILUSTRAÇÃO **ANDRÉ CARRILHO**



Este foi um dos temas em discussão no debate da passada quinta-feira, 27, na SIC Notícias, que contou com a presença do Secretário de Estado-adjunto e da Saúde, Francisco Ramos; do Bastonário da Ordem dos Médicos, Miguel Guimarães; João Almeida Lopes, da Apifarma; Alexandre Lourenço, da Associação de Gestores Hospitalares; e de Ana Paula Martins, bastonária da Ordem dos Farmacêuticos, integrado no projeto “Discutir o País”, do Expresso, desta vez em parceria com a Gilead Portugal.

DISCUTIR O PAÍS

Expresso 

DISCUTIR O PAÍS

Ao longo dos próximos meses, o Expresso analisará temas como a saúde, energia, mobilidade e outros no projeto “Discutir o País”. Nesta edição contamos com a Gilead para discutir as prioridades da Saúde, o foco nos doentes e os desafios da inovação, financiamento e sustentabilidade do sistema.

“A Saúde não é mais importante que a Educação, Cultura ou Justiça”, disse ao Expresso Francisco Ramos, à saída do estúdio. Como explicar isso aos utentes? “Não é difícil. A autonomia [do Ministério da Saúde] conquista-se fazendo por merecê-la, mostrando que se tem responsabilidade. A importância da Saúde por si só não é suficiente. O Orçamento do Estado dita 9 milhões e €200 mil à Saúde, não podemos ter a ousadia de pensar que vamos limpar tudo o resto para aplicar na Saúde.”

Ao longo de quase uma hora de debate, foram várias as críticas à falta de autonomia do Ministério das Finanças. “Estamos todos a trabalhar para o ministro das Finanças”, acusou Miguel Guimarães. “É difícil para nós ver o que está a acontecer no SNS. Os médicos estão a trabalhar sob uma pressão muito grande, trabalham no combate ao desperdício”, disse o bastonário numa intervenção longa que aludiu à falta de profissionais no sector. “Em 2017, o Estado pagou €6 milhões em horas extraordinárias e 104 milhões em serviços subcontratados. Isto quer dizer que há uma enorme falta de médicos no SNS. O capital humano é o maior problema.”

Apesar disso, de acordo com dados da Administração Central do Sistema de Saúde, o número de médicos aumentou para um total de 18.740 — um crescimento de 7,6% — assim como os enfermeiros, que aumentaram 7,8%, para 43.220. A subida mais modesta aconteceu entre os técnicos superiores e de diagnóstico, com um avanço de 3,4%. Os assistentes operacionais e técnicos foram o profissional mais sacrificado: entre 2010 e 2018 registaram quebras na ordem dos 13%.

Contrariando as estatísticas do Governo, o bastonário da Ordem dos Médicos insiste na falta de recursos humanos. “O ministro [das Finanças] esqueceu-se de falar dos descansos compensatórios, dos médicos que a partir dos 50 podem deixar de fazer urgências à noite, e a partir dos 60 deixar de fazer qualquer urgência. O que pagamos em horas extraordinárias, por exemplo, dava para contratar mais profissionais”, disse o bastonário dos médicos, que avança esta semana para um conjunto de greves.

PARALISAÇÕES NO SECTOR

Os próximos dias adivinham-se agitados: duas paralisações convocadas pelos sindicatos dos médicos — o Sindicato Independente dos Médicos e a Federação Nacional de Médicos —, uma pelo Sindicato Democrático dos Enfermeiros de Portugal e outra pelos trabalhadores da saúde. Desde o início do ano, até agora, as paralisações já provocaram mais de 72 mil dias de ausência ao trabalho. Em 2018 foi pior: mais de 181 mil dias de trabalho perdidos por greves dos profissionais.

Os médicos exigem revisões da carreira médica, redução do tempo das urgência das 18 horas semanais para as 12 horas, e a diminuição da lista de utentes dos médicos de família, de 1900 para 1550. Ricardo Baptista Leite, médico, professor universitário e porta-voz do PSD para a área da Saúde, diz ao Expresso que a degradação do SNS é inegável e visível no “subfinanciamento, baixo investimento, equipamentos obsoletos, exaustão e desmotivação dos profissionais, deterioração das condições de funcionamento dos hospitais do SNS, de norte a sul do país.”

Em 2017, o Estado pagou €6 milhões em horas extraordinárias e €104 milhões em serviços subcontratados

Apesar do acréscimo no orçamento da Saúde em 2019 — houve um aumento de 35% —, este ano com um total de €10,9 milhões, a fuga dos profissionais para o privado tem sido outro dos temas em discussão, assim como a distribuição assimétrica dos médicos especialistas. Francisco Ramos reconhece as culpas do atual Governo e reconhece que “é necessário mais dinheiro, melhor organização do sistema, e mais critério”. Ainda assim, garante que a Saúde está melhor do que em 2015.

O discurso é afinado pelo do titular da pasta das Finanças. Esta semana, Mário Centeno garantiu que há um investimento de €1600 milhões por ano na Saúde. “São mais 11.800 profissionais na saúde, o que representa um aumento da despesa com pessoal de 25%. Além disso, do lado dos outros consumos correntes, que não em pessoal, o SNS tem mais €780 milhões, um aumento de 19% face a 2015. E tenho a certeza que estes recursos estão a ser usados em serviço das populações”, disse o ministro em entrevista à TVI.

Convidado a participar no debate, Alexandre Lourenço, presidente da Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares, diz que o modelo de 2018 “não resultou”. “Foi o ano com piores resultados operacionais. Até podemos reforçar o orçamento com mil milhões de euros, mas se não nos organizarmos não vale a pena. O responsável não é o ministro das Finanças, que não entende o SNS e autoriza arbitrariamente as contratações. Há uma constante ingerência das Finanças. É preciso dar autonomia ao Ministério da

mil é o número de profissionais que os Ministérios da Saúde e das Finanças garantem ter contratado nesta legislatura. Em 2017 havia um médico para 198 doentes e um enfermeiro para 143 utentes

93

é a percentagem de portugueses inscritos num centro de saúde com médico de família atribuído. Por ano, o número de consultas ultrapassa os 30 milhões. As consultas não presenciais aumentaram em 2017

29,7

é a percentagem de mortes ocorridas em Portugal devido a doenças cérebro-cardiovasculares. É a primeira causa de morbilidade em Portugal, logo seguida pelas doenças oncológicas

635

euros é o valor da remuneração base de grande parte dos trabalhadores de saúde, à exceção de médicos e enfermeiros, que auferem o salário mínimo nacional. Exigem aumentos salariais

5 questões-chave em discussão na saúde



Esta semana discutiu-se a nova lei de bases para a Saúde. Quais os principais desafios e problemas do sector em Portugal?

SNS Apesar da dotação orçamental progressiva do Ministério da Saúde, o subfinanciamento do SNS continua a ser um dos principais problemas, com impacto significativo no seu funcionamento. A contratação é das principais reivindicações dos profissionais do sector.

Formação Há ou não falta de médicos em Portugal? Todos os anos abrem 1600 vagas para estudantes de Medicina fazerem especialidade. O problema, apontam vários especialistas, é a distribuição assimétrica dos profissionais.

Privado Em semana de discussão da Lei de Bases da Saúde, um dos temas quentes é a fuga dos profissionais de saúde para o sector privado. O Governo quer acabar com a mobilidade entre o sector público e privado, garantindo que os médicos internos formados no SNS se dedicam de forma exclusiva à saúde pública.

Inovação É uma imposição destes tempos. A nova lei de bases da Saúde prevê a adaptação às inovações tecnológicas deste século, com novos modelos assistenciais e no funcionamento em rede nos vários serviços públicos, e aos desafios deixados pela investigação clínica e pela saúde digital.

Taxas moderadoras Embora seja um serviço “tendencialmente gratuito”, o fim das taxas moderadoras nos centros de saúde vai ser faseado, não entrando em vigor em 2020, como previa a proposta de lei do Bloco de Esquerda.

O que é, afinal, prioritário na saúde?



ANTÓNIO ARAÚJO

O SNS sobrevive à custa do sacrifício dos seus profissionais. Em qualquer organização prestadora de serviços, o elemento diferenciador e a sua mais-valia são a qualidade e o equilíbrio dos seus recursos humanos (sobretudo adequação da quantidade versus necessidade, da idade e funções desempenhadas). O garante dessa qualidade e do número necessário de profissionais de saúde será a sua captação e manutenção no SNS, e que estas sejam por opção/devocão e não por obrigação. Para isso é prioritário que o número de vagas abertas seja ajustado às reais necessidades dos serviços e atender às características que estes especifiquem. É também fulcral que as unidades de saúde permitam desenvolver projetos profissionais, de forma a que cada trabalhador se possa sentir realizado e valorizado na organização que representa.

Presidente do Conselho Regional do Norte da Ordem dos Médicos

ÓSCAR GASPAR

A primeira prioridade para a Saúde em Portugal é colocar o cidadão no centro do sistema. Esta prioridade exige alinhar o sistema e as instituições para o objetivo de gerar valor em saúde e obter resultados na saúde dos cidadãos. Tal passa por gestão mais humanizada do doente, envolvimento dos cidadãos nas políticas de saúde e capacidade de escolha. Uma urgência absoluta é o reforço dos recursos financeiros. Portugal deve aproximar-se das médias da UE e da OCDE em termos de financiamento público da Saúde. Deve assumir-se a Saúde como prioridade nacional, para garantir o SNS e responder aos desafios demográfico e tecnológico e expectativas dos cidadãos. A sustentabilidade exige também que se aproveitem os recursos existentes no sistema de saúde. Maior investimento do sector privado e melhor colaboração entre público e privado serão decisivos para aumentar a oferta e qualidade dos cuidados de Saúde dos portugueses.

Presidente da Associação Portuguesa de Hospitalização Privada

MIGUEL GUIMARÃES

O sector da saúde, e o SNS em particular, precisam sobretudo de estabilidade nas políticas, reforço orçamental e maior autonomia para os hospitais e centros de saúde. Com estes critérios reunidos será possível dotar as instituições dos meios técnicos e humanos adequados e proporcionar projetos profissionais que sejam atrativos para os

FRANCISCO RAMOS

Em 2019, o país ainda sente as dores da crise. Os potentes analgésicos são ainda insuficientes para o completo restabelecimento. Os serviços públicos foram seriamente afetados, SNS também. Neste, invertida que foi a tendência para a míngua, há que reganhar esperança e confiança. Trabalho a tempo inteiro, para confirmar a frase feita: o fator humano é o principal recurso de uma organização. Apoio ao investimento, para recuperar de uma década penosa em sector onde a modernização é contínua e imperiosa, mostrando hoje lacunas demasiado evidentes. Reforço das funções de avaliação prévia de tecnologias, planeamento e regulação, para concretizar efetividade, eficiência e equidade, conceitos pouco compatíveis com livre iniciativa de mercado. Espelho meu, espelho meu, diz-me “haverá alguém disponível e capaz para esta tarefa”?

Secretário de Estado-adjunto e da Saúde

RICARDO BAPTISTA LEITE

É hoje inegável a degradação que afeta o SNS. Subfinanciamento, baixo investimento, equipamentos obsoletos, exaustão e desmotivação dos profissionais, deterioração das condições de funcionamento dos hospitais do SNS, de norte a sul do país. O resultado da atual política tem sido um pior acesso à saúde, bem evidenciado no crescente aumento, além do clinicamente aceitável, das listas de espera dos doentes para consultas, cirurgias e exames. O PSD defende um plano de emergência para o SNS, com reforço do investimento e maior autonomia das administrações hospitalares e dos centros de saúde, com mais liberdade de escolha dos utentes e resposta atempada e humanizada às suas necessidades, em que a porta de entrada seja cada vez mais os cuidados de saúde primários e não a urgência hospitalar. Temos que mudar de rumo. Em nome da saúde dos portugueses.

Médico e porta-voz do CEN/PSD para a saúde

VÍTOR PAPÃO

Em primeiro lugar, o cidadão deve ser verdadeiramente o centro do sistema nacional de saúde. Ou seja, que cada cidadão tenha disponível os cuidados de que necessita, no momento em que necessita, garantindo também que esse acesso é equitativo, horizontal e verticalmente. É também prioritário apostar na prevenção, como pilar de sustentabilidade do SNS, e nas tecnologias da Saúde que maximizem os ganhos da população. Dessa forma, será possível fazer a gestão pelo valor que cada tecnologia aporta ao doente e ao próprio sistema, permitindo a maximização dos ganhos em saúde com eficiência. Maior participação, ativa e informada, dos cidadãos e doentes nas escolhas e nas decisões públicas é essencial para promover um ambiente de cooperação entre prestadores de cuidados e fornecedores. A Saúde em Portugal precisa de todos.

Diretor-geral da Gilead

